

PEÇAS FINAIS DE APRESENTAÇÃO DE CONTAS
DAS
ENTIDADES DO SECTOR NÃO LUCRATIVO

ANO DE 2017

DENOMINAÇÃO: Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior

MORADA: Av. Dr. João Afonso Calado da Maia

Nº: ANDAR: LOCALIDADE: Rio Maior

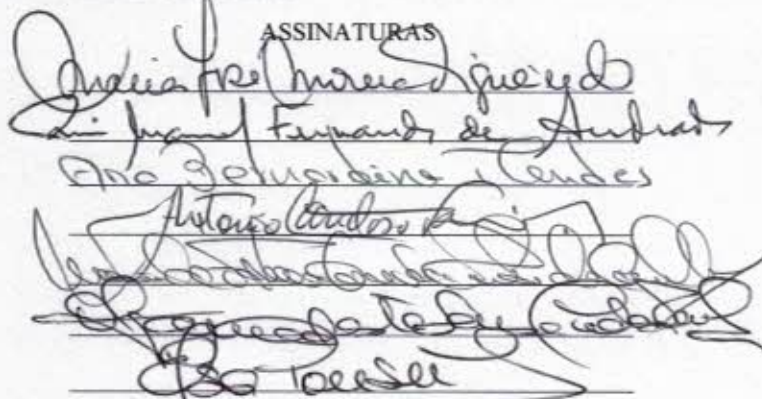
FREGUESIA: Rio Maior CONCELHO: Rio Maior CÓD. POSTAL: 2040-333

A DIRECÇÃO:

LOCAL: Rio Maior

DATA: Rio Maior 14/03/2018

ASSINATURAS

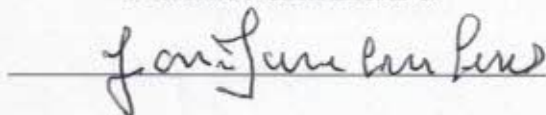


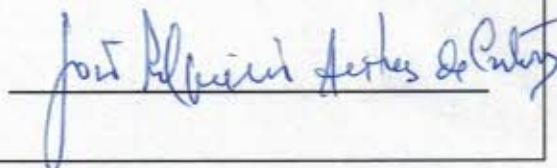
APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

Rio Maior, 26/03/2018

ASSINATURA DO PRESIDENTE

O TÉCNICO CERTIFICADO





Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior

Demonstração dos Resultados por Natureza
Período findo em 31-12-2017

EUROS

Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	7	1,156,925.63	1,115,057.26
Subsídios, doações e legados à exploração	8	960,101.13	954,312.99
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-161,845.90	-168,305.94
Fornecimentos e serviços externos		-790,690.61	-775,481.87
Gastos com pessoal	11	-1,167,293.91	-1,096,616.55
Imparidades de dívidas a receber	10	-486.00	-11,844.40
Outros rendimentos e ganhos		31,682.87	48,288.12
Outros gastos e perdas		-13,637.67	-15,885.30
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		14,755.54	49,524.31
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-78,860.90	-71,175.59
Resultado operacional		-64,105.36	-21,651.28
Resultado antes de impostos		-64,105.36	-21,651.28
Imposto sobre rendimento do período	9	0.00	0.00
Resultado líquido do período		-64,105.36	-21,651.28

Direção
[Handwritten Signature]
Ana Bernardino Mendes

Contabilista Certificado
[Handwritten Signature]

12,156,925.63	11,115,057.26	Resultado líquido do período
1,156,925.63	1,115,057.26	Total dos gastos operacionais
		Passivo
		Passivo corrente
1,156,925.63	1,115,057.26	Passivo não corrente
1,156,925.63	1,115,057.26	Estado e outros ativos líquidos
1,156,925.63	1,115,057.26	Grupo para o exercício
1,156,925.63	1,115,057.26	Total do passivo
1,156,925.63	1,115,057.26	Total dos recursos próprios e do exercício

Contabilista Certificado
[Handwritten Signature]

[Handwritten Signature]

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE RIO MAIOR

Balço em 31-12-2017

EUROS

Rubricas	Notas	Períodos	
		31-12-2017	31-12-2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	2,435,567.40	2,475,162.42
Investimentos financeiros	5	4,514.69	3,698.03
		2,440,082.09	2,478,860.45
Ativo corrente			
Inventários	6	8,099.25	8,326.44
Créditos a receber	10	143,914.42	86,097.76
Estado e outros entes públicos		417.11	3,208.97
Associados / membros		3,344.80	3,835.50
Diferimentos		15,641.62	18,099.80
Caixa e depósitos bancários		549,184.91	614,811.99
		720,602.11	734,380.46
Total do ativo		3,160,684.20	3,213,240.91
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		45,398.04	45,398.04
Resultados transitados		1,975,588.25	1,997,239.53
Excedentes de revalorização		516,006.42	516,006.42
Outras variações nos fundos patrimoniais		381,690.58	390,887.70
		2,918,683.29	2,949,531.69
Resultado líquido do período		-64,105.36	-21,651.28
Total dos fundo patrimoniais		2,854,577.93	2,927,880.41
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores		73,796.51	73,747.42
Estado e outros entes públicos		51,309.50	31,507.32
Outros passivos correntes		181,000.26	180,105.76
		306,106.27	285,360.50
Total do passivo		306,106.27	285,360.50
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3,160,684.20	3,213,240.91

Direção

Contabilista Certificado

[Handwritten signature]
 Direção
 Ana do Nascimento Mendes

[Handwritten signature]
 Contabilista Certificado

ANEXO

Para o período de 01/01/2017 a 31/12/2017

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1. Designação da entidade

Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior

1.2. Sede

Av. Dr. João Afonso Calado da Maia, 2040-333 Rio Maior

1.3. Natureza da actividade

A entidade tem por finalidade a satisfação de carências sociais e a promoção do culto católico, através de centros infantis, centros de dia e de convívio, lares para idosos, deficientes e equiparados e em hospitais de retaguarda ou enfermarias para doentes considerados irrecuperáveis.

No período de relato estiveram em funcionamento as seguintes “respostas sociais”:

- Lar Dr. Calado da Maia

- Pré-escolar

- Creche “O Ninho”

- Creche “Chaiça”

- Creche Familiar

- PIP Rio

- Cantinas Sociais

- RLIS

No período de relato estiveram em funcionamento as seguintes actividades:

- Centro Médico

- Fisioterapia

- Sector Religioso

- Universidade Sénior

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março, alterado pelo Decreto-Lei nº

98/2015 de 2 de Junho e pela respetiva NCRF-ESNL aprovada pelo Aviso nº 8259/2015 de 29 de Julho.

- 2.2. No período de relato não foram derogadas quaisquer disposições do sistema de normalização contabilística para as ESNL.
- 2.3. Nas demonstrações financeiras referentes ao período de 2017, não existem conteúdos que não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Principais políticas contabilísticas

- a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:
 - Ativos fixos tangíveis – Modelo do custo ou da revalorização deduzido das depreciações acumuladas
 - Investimentos financeiros – Modelo do custo
 - Inventários - Custo
 - Dívidas a receber de clientes – Custo menos perdas por imparidade
 - Outras dívidas a receber e dívidas a pagar - Valor nominal custo
- b) Principais pressupostos relativos ao futuro: As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações realizadas pela entidade.
- c) Principais fontes de incertezas das estimativas: As estimativas efectuadas tiveram por base o melhor conhecimento existente à data de apresentação das demonstrações financeiras.

3.2. Alterações nas políticas contabilísticas: não aplicável.

3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas: não aplicável.

3.4. Correção de erros de períodos anteriores: não aplicável.

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

- 4.1. Para os ativos adquiridos até 31/12/2012, foram utilizadas as vidas úteis e taxas de depreciação constantes do PCIPSS, aprovado pelo Decreto-Lei nº 78/89, de 3 de Maio, para o ativos adquiridos após 01/01/2013, foram utilizadas as vidas úteis e taxas de depreciação constantes do DR n.º 25/2009, de 14 de Setembro.
- 4.2. Para mensurar a quantia bruta escriturada foi utilizado o modelo do custo ou da revalorização. O método de depreciação utilizado foi o método da linha reta.

4.3. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	AFT em curso	Totais
- Quantia bruta inicial	256,364.20	2,997,740.70	612,307.95	106,753.24	83,024.27	76,990.39	83,161.51	4,216,342.26
- Depreciações acumuladas	0.00	-908,112.19	-584,585.15	-106,753.24	-79,268.50	-62,460.76	0.00	-1,741,179.84
Quantia líquida inicial	256,364.20	2,089,628.51	27,722.80	0.00	3,755.77	14,529.63	83,161.51	2,475,162.42
Movimentos do período	0.00	-59,516.20	-6,117.43	23,819.60	-1,858.28	0.00	4,077.29	-39,595.02
- Total das adições	0.00	0.00	797.72	31,759.47	2,631.40	0.00	4,077.29	39,265.88
aquisições 1ª mão	0.00	0.00	797.72	31,759.47	2,631.40	0.00	4,077.29	39,265.88
- Total das diminuições	0.00	-59,516.20	-6,915.15	-7,939.87	-4,489.68	0.00	0.00	-78,860.90
depreciações	0.00	59,516.20	6,915.15	7,939.87	4,489.68	0.00	0.00	78,860.90
Quantia líquida final	256,364.20	2,030,112.31	21,605.37	23,819.60	1,897.49	14,529.63	87,238.80	2,435,567.40

4.4. Identificação dos itens que estão expressos por quantias revalorizadas:

No exercício de 1990, procedeu-se a uma revalorização dos terrenos e edifícios, tendo-se utilizado como critério de revalorização o valor de mercado.

No quadro seguinte são apresentadas as quantias iniciais e as quantias revalorizadas desses ativos:

Descrição	Valor Anterior a 1990	Valor Reavaliação	Valor Atual
TERRENOS:			
- Capela	997.60	7,731.37	8,728.97
- Hospital da Misericórdia	997.60	86,292.03	87,289.63
- Igreja	623.50	11,846.45	12,469.95
- CEE	13,367.78	11,572.11	24,939.89
- Jardim infantil	20,051.68	17,358.17	37,409.85
SOMA	36,038.16	134,800.13	170,838.29

Descrição	Valor Anterior a 1990	Valor Reavaliação	Valor Atual
EDIFÍCIOS:			
- Hospital da Misericórdia	2,992.79	258,876.11	261,868.90
- Igreja	1,870.49	35,539.35	37,409.84
- CEE	40,103.35	34,716.33	74,819.68
- Jardim infantil	60,155.03	52,074.50	112,229.53
SOMA	105,121.66	381,206.29	486,327.95

	Valor Anterior a 1990	Valor Reavaliação	Valor Atual
Investimentos iniciais	2,475,162.42	134,800.13	2,609,962.55
Compras	39,265.88	381,206.29	420,472.17
Reavaliações e regularizações	-78,860.90	-	-78,860.90
Investimentos finais	2,435,567.40	-	2,435,567.40
CMVMC	181,812.00	13,230.04	195,042.04

4.5. Identificação dos ativos fixos tangíveis (imóveis) com ónus:

Conta	Descrição	Valor	Ónus
4331	Terrenos e Recursos Naturais:		
433101	Terreno Rua João T.Barbosa (U-2355)	498.80	Renda mensal de 139.52 €
433104	Terreno Ninho CEE (U-8909)	24,939.89	Bem doado à SCMRM com utilização obrigatória no apoio a deficientes. Renda mensal 1 €
4332	Edifícios e Outras Construções:		
433201	Edifício Rua João T.Barbosa (U-2355)	1,496.39	Renda mensal de 139.52 €
433204	Edifício Ninho CEE (U-8909)	74,819.68	Bem doado à SCMRM com utilização obrigatória no apoio a deficientes. Renda mensal 1 €

5. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

5.1. Em 31/12/2017, a entidade possuía 4.514,69 € relativos ao Fundo de Compensação do Trabalho, que estão mensurados ao custo.

5.2. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período:

	Outras aplicações financeiras	Totais
- Quantia bruta inicial	3,698.03	3,698.03
- Depreciações acumuladas	0.00	0.00
Quantia líquida inicial	3,698.03	3,698.03
Movimentos do período	816.66	816.66
- Total das adições	1,275.99	1,275.99
aquisições 1ª mão	1,275.99	1,275.99
- Total das diminuições	459.33	459.33
alienações	459.33	459.33
Quantia líquida final	4,514.69	4,514.69

6. INVENTÁRIOS

6.1. O sistema de inventário utilizado foi o inventário intermitente, nos termos do nº 5, do artigo 12º do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13/07 e a forma de custeio o custo de aquisição.

6.2. Apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:

	Mercadorias	Matérias-primas	Totais
Inventários iniciais	2,491.55	5,834.89	8,326.44
Compras	15,411.44	142,934.74	158,346.18
Reclassificações e regularizações	95.69	3,176.84	3,272.53
Inventários finais	2,468.64	5,630.61	8,099.25
CMVMC	15,530.04	146,315.86	161,845.90

7. RÉDITO

7.1. Para o reconhecimento do rédito foi utilizado o pressuposto do acréscimo.

7.2. Discriminação da quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida

durante o período:		Rubrica	Valor
		Vendas	18,483.65
		Prestação de serviços	1,138,441.98
		Juros obtidos	2,517.92

8. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS

8.1. Foram considerados como rendimentos, na totalidade, os subsídios do Governo recebido durante o período relativos a:

Rubrica	Valor
Segurança Social	867,762.93
IEFP	21,656.85
Rlis	59,780.20

8.2. Dos subsídios constantes no quadro anterior, em 31/12/2017, estavam por receber 56.274,83 €, relativos ao programa RLIS.

8.3. Os subsídios do Governo relativos a: obra da cozinha (PIDDAC) e sala de estar do lar de acamados, capelas mortuárias e edifício fisioterapia/serviços administrativos foram considerados como rendimentos no valor de 9.197,12 € de acordo com a proporção da vida útil dos bens objecto de investimento.

8.4. O valor referente a donativos que foi considerado como rendimento no período de relato foi de 10.901,15 €.

9. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

9.1. Os rendimentos da entidade estão isentos de imposto sobre o rendimento, nos termos da alínea b), do nº 1, do artigo 10º do Código do IRC e não existem situações sujeitas a tributação autónoma, pelo que não foram reconhecidos quaisquer gastos com imposto sobre o rendimento.

10. PERDAS POR IMPARIDADE EM ATIVOS FINANCEIROS

10.1. De acordo com a política definida pela Direção, deverão ser consideradas perdas por imparidade em dívidas de clientes e utentes, quando as dívidas estejam em mora há mais de 24 meses.

10.2. No período de relato foram consideradas as seguintes perdas por imparidade em ativos financeiros – dívidas de clientes e utentes:

	Saldo inicial	Utilização	Reversões	Reforço	Saldo final
Dívidas a receber de utentes	13,970.07	-9,188.81	1,317.00	1,803.00	5,267.26
TOTAL	13,970.07	-9,188.81	1,317.00	1,803.00	5,267.26

10.3. Discriminação das dívidas registadas como de cobrança duvidosa:

	Valor
Em mora: há mais de 24 meses	5.267,26
TOTAL	5.267,26

11. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

11.1. Durante o período de relato o número médio de empregados foi de 92.

11.2. Membros dos órgãos diretivos durante o período de relato:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Dr. João Pulquério Antunes de Castro

Vice-Presidente. Dr. Eduardo Casimiro Deus Pereira Silva

Secretária: Dra. Mafalda Rodrigues Fonseca

Mesa Administrativa

Provedora: Dra. Maria José Moura Figueiredo

Dr. Rui Manuel Fernandes Andrade

Dra. Elsa Maria Ricardo Agostinho Pouseiro

Dra. Ana Maria Bernardino Mendes

Dra. Olga Modesto Sousa Candoso Paula

António Candoso Ferreira

Maria de Fátima Gouveia Pinheiro de Carvalho

Definitório

Presidente: Eng. João António Lopes Candoso

Vice-Presidente: Dr. Miguel Félix Paulo

Secretário: Dr. Jorge Fróis Colaço

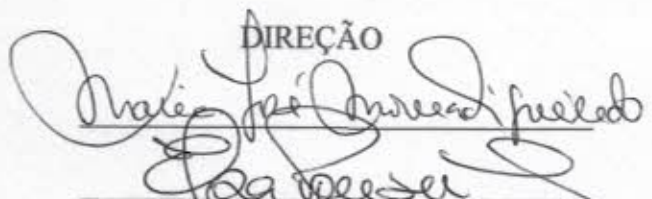
11.3. Os membros dos órgãos diretivos durante o período de relato, não auferiram qualquer remuneração pelo desempenho das suas funções.

12. FUNDOS PATRIMONIAIS

12.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período:

	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Fundo social	45,398.04			45,398.04
Resultados transitados	1,997,239.53	21,651.28		1,975,588.25
Excedentes de revalorização	516,006.42			516,006.42
Outras variações capital próprio: - subsídios	390,887.70	9,197.12		381,690.58
TOTAL	2,949,531.69	30,848.40	0.00	2,918,683.29

DIREÇÃO


Ana Bernardino Mendes

CONTABILISTA CERTIFICADO

